

VIVÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES

VIEITEZ, C. G.; DALRI, N. M.

INVEVAL: FÁBRICA ESTATAL VENEZUELANA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES

INVEVAL: VENEZUELAN STATE FACTORY UNDER WORKER'S CONTROL

Candido Giraldez VIEITEZ¹
Neusa Maria DAL RI²

A Inveval é uma empresa do ramo metal-mecânico que fabrica grandes válvulas utilizadas principalmente pela indústria petrolífera. Está situada em Carrizal, Estado Miranda, na Venezuela.

Em 2008, quando realizamos uma pesquisa *in loco*, a empresa contava com 62 trabalhadores, configurando-se, portanto, como uma planta de porte médio.

Hoje em dia a *Inveval – Indústria Venezuelana Endógena de Válvulas* é uma fábrica do Estado venezuelano que se encontra sob controle dos trabalhadores. Porém, antes de ser nacionalizada *bajo control obrero* foi uma fábrica **recuperada**.

Inveval foi mais um dos eventos do fenômeno social de **recuperação** de empresas pelos trabalhadores que vem ocorrendo em diversos países, nas últimas três décadas, principalmente como reação às políticas predatórias do capitalismo neoliberal. No entanto, neste caso, a esse vetor determinante mais geral, sobrepôs-se um condicionante especificamente venezuelano, ou seja, a *revolução bolivariana* e os concomitantes esforços da burguesia para detê-la.

Em 2003, diante da desativação da fábrica pelo proprietário num contexto nacional de enfrentamento entre governo e burguesia, e internacional de precarização neoliberal do mercado de trabalho, os operários partiram para a recuperação.

¹ Docente da Univ. Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília - vieitez@ubinet.com.br

² Docente da Univ. Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília - neusamdr@terra.com.br

No processo de recuperação, o percurso percorrido pela Inveval até a estatização sob controle dos trabalhadores encontra-se ligado às vicissitudes da revolução bolivariana em curso, embora fatores políticos que desbordam o âmbito do Estado-nação também estejam presentes.

Neste texto procuraremos evidenciar a ação dos trabalhadores da Inveval para realizar uma transfiguração das relações de produção capitalistas na e a partir da fábrica.

Essa transfiguração, ainda incipiente e experimental, prefigura a **associação geral dos trabalhadores** e apresenta dois momentos diferenciáveis: o da constituição do **trabalho associado** nas unidades de produção e a unificação universal das unidades de trabalho segundo o princípio de **produtores associados**.

1. ALUTA PELA RECUPERAÇÃO DA FÁBRICA

Um dos eventos mais dramáticos do choque recorrente entre o governo Chávez e a burguesia venezuelana foi a sabotagem industrial acintosa que o empresariado realizou entre dezembro de 2002 e janeiro de 2003 (ABN, 2009). O alvo primordial do *lookout* foi a indústria petrolífera, porém, com desdobramentos sobre outros setores da sociedade. Os trabalhadores da *Constructora Nacional de Válvulas (CNV)* – a atual Inveval –, Rolando e Ramón (2008) rememoram os fatos.

Em 2002 devido à paralisação petroleira, o proprietário, Andrés Sosa, que aderiu ao boicote, mandou fechar a empresa. Fomos todos para a rua esperando que terminasse o boicote para começar a trabalhar. O conflito começou com o dono porque queríamos começar a trabalhar e ele começou a romper as relações de trabalho. Ele queria lidar com a empresa de um modo que não queríamos. Era muito por baixo de nossos direitos. Queria liquidar a empresa. Em virtude disto entramos com um recurso de amparo na Inspeção do Trabalho. E aí começou a organização para como solucionar a dívida. E pedíamos os nossos direitos trabalhistas.

Como vem ocorrendo até hoje na maioria dos eventos de recuperação de empresas, os trabalhadores da CNV não estavam originariamente imbuídos de qualquer *espírito revolucionário*. Simplesmente temiam pela perda iminente dos postos de trabalho frente a um mercado laboral precarizado, além de reclamarem seus direitos trabalhistas usurpados pelo patronato.

Depois de 2003, quando terminou o boicote patronal o governo criou um escritório [...] que se chamou A Conciliação. Esse escritório, composto por vários deputados da Assembléia Nacional, chamava os patrões e os trabalhadores. Muitos empresários conciliaram. Mas, Sosa não. Ele se fechou totalmente para os trabalhadores. A intransigência desta empresa foi o que levou a que estejamos aqui. A teimosia do empresário se converteu na nossa vitória. Mas, não estávamos querendo a expropriação. Nós não sabíamos nada de política (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

A posição do sindicato do ramo nos eventos da Inveval, embora não seja a norma geral nos processos envolvendo a recuperação de empresas, é bastante freqüente. Existia um sindicato da categoria. Contudo, este não apoiou a luta dos trabalhadores. Em vez disso, tratou de dividi-los acenando com acordos de migalhas, negadores de seus direitos (AGUILAR; MONTILLA, 2008). Essa posição foi coerente com o fato de que a respectiva central desse sindicato tinha apoiado o *blackout* petrolífero. De resto, tudo indica que mesmo antes dos eventos ligados à recuperação, o sindicato primou pela ausência na fábrica de válvulas. “Nem no tempo da cooperativa havia sindicato aqui. Não tínhamos essa figura de operário e patrão”. (YAÑEZ; VELLORIN, 2008)

A experiência histórica da **recuperação** mostra que, como de fato ocorreu na Inveval, um coletivo de trabalhadores pode começar uma luta a partir de uma perspectiva simplesmente econômico-corporativa. Porém, mostra também que se o conflito não se resolve e a luta se estende no tempo, os trabalhadores podem perfeitamente passar para uma perspectiva do enfrentamento mais política e classista.

A partir daí [do impasse] a nossa luta não foi tanto por direitos, mas mais política. Foi quando se começou a ver as possibilidades de um decreto de utilidade pública. E na medida em que fomos por aí conformamos um Grupo chamado de *Comité de lucha*. O Comitê fazia o trabalho na rua. Íamos de dois em dois, repartíamos o trabalho. Um grupo ia aos meios de comunicação, outro ia falar com os deputados, outro ia ao Ministro do Trabalho (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

2. A RECUPERAÇÃO NA FORMA DE CO-GESTÃO COOPERATIVA-ESTADO

A posição do governo da Venezuela quanto à organização e atividade autônoma dos trabalhadores não é muito clara ou firme até os dias de hoje. Não obstante, é inegável que são inúmeras as ações pró

trabalho que vêm sendo promovidas pelo governo no processo da denominada *revolución*. Num certo momento, o governo acreditou que as cooperativas de trabalhadores poderiam ser uma via importante no caminho rumo ao *socialismo del siglo veintiuno*, consigna que acabou sendo erigida em seu estandarte político.

O governo criou o programa de formação laboral *Misión Vuelvan Caras*, que contemplava uma dimensão especificamente educacional. Este componente educacional não era, porém, restrito à idéia de cooperação, e possivelmente menos ainda à idéia de cooperativismo. Esta característica da *Vuelvan Caras* não só ofereceu a idéia de **organização cooperativa** aos trabalhadores da Inveval, como também alargou seus horizontes em relação a muitas outras questões da vida política e social. Observemos o relato de Aguilar e Montilla (2008):

A empresa estava fechada. Paralelamente a essa luta toda pedimos uma formação. Eles [o governo] nos atenderam, e reservaram um espaço para que pudéssemos estudar. O tema foi o cooperativismo em suas quatro fases. E também sócio-político. Foram vários cursos. No sócio-político, no meu conceito, foi uma espécie de janela que se foi abrindo porque na medida em que ia recebendo as lições de sócio político foi se aclarando muita coisa. Foi a luz que se foi apresentando no caminho. Vários professores críticos. Quando pedimos esses professores em contato com o governo eles vieram. Estudamos também os revolucionários nacionais.

As declarações do governo acenavam com a possibilidade de nacionalização da empresa. Contudo, os fatos mostraram que, embora o governo afirmasse o apoio aos trabalhadores, as vias para se obter concretamente esse apoio eram labirínticas e dificultosas. Os membros do coletivo de trabalhadores da fábrica de válvulas, até então isolados e dispersos em seus postos de trabalho, organizaram-se e foram à luta visando obter a nacionalização ou o que eles denominavam de “empresa de utilidade pública” (AGUILLAR; MONTILLA, 2008). Esta luta foi conduzida em dois planos: o legal, envolvendo a instância jurídica, e o do movimento social propriamente dito, com manifestos, marchas, encontros com os políticos ligados ao governo, protestos e tantos outros atos.

Dada a demora dos trâmites legais e o fato de que o proprietário estava retirando equipamento da fábrica, os trabalhadores resolveram tomar a entrada da empresa onde permaneceram acampados por cerca de dois anos.

Nesse ínterim, nos anos de 2003 e 2004, a sobrevivência do coletivo processou-se segundo um padrão social muito semelhante ao vivenciado pelos trabalhadores da fábrica Zanón, em Neuquén, Argentina, quando esses também estavam lutando para recuperar a empresa (VIEITEZ; DAL RI, 2009). Membros da comunidade e organizações populares, sobretudo, estabeleceram com os trabalhadores uma aliança tácita que suportou material e politicamente o movimento. “Vieram várias pessoas que apoiaram. Vivemos de pedir para as pessoas que ajudaram bastante. As cooperativas ajudaram, os estudantes, os conselhos vicinais, gente dos sindicatos” (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

Por fim, a fábrica foi assumida pelo Estado com ressarcimento ao proprietário. Em dezembro de 2005 o governo entregou as chaves da planta aos trabalhadores. A esta altura dos acontecimentos, os trabalhadores já tinham constituído uma cooperativa e o governo concedeu-lhe um empréstimo de 6 mil milhões de bolívares para financiar a recuperação da planta.

Previamente à entrega da fábrica aos trabalhadores, o governo e a Cooperativa selaram um acordo por meio do qual se instituiu a propriedade mista e um regime administrativo de co-gestão. Em princípio, a fábrica seria administrada por uma *Junta Directiva* formada por dois representantes do governo e três representantes da cooperativa. O interesse dos representantes do governo na gestão da fábrica, na visão dos entrevistados, parece ter sido parcimonioso. “Nunca vieram aqui. As reuniões se faziam lá em Caracas. A única pessoa do governo que vinha por aqui de vez em quando era um engenheiro” (AGUILAR; MONTILLA, 2008). Foi também estabelecida uma assessoria técnica para a fábrica que, em princípio, deveria ser exercida por um técnico da petroleira PDVSA – *Petróleos de Venezuela*.

Os três representantes dos trabalhadores eram dependentes da Assembléia Geral da cooperativa que compreendia todos os trabalhadores da fábrica, de sorte que, de fato, a gestão da fábrica ficou nucleada pela assembléia geral.

A centralidade da assembléia geral na administração da fábrica não é casual. Isto se prende ao fato de que já no regime de co-gestão cooperativa-Estado, os trabalhadores da Inveval apresentavam uma propensão a realizarem uma gestão de tipo *horizontal ou horizontalizada*, o que comentaremos mais à frente. Concomitantemente, no outro pólo do poder, o dos representantes do governo na *Junta Directiva*, ao permanecerem numa posição de certo distanciamento em relação à

fábrica, moveram-se aparentemente numa direção inversa daquela de outras fábricas, como por exemplo, na Sanitários Maracay e na Invepal (VIEITEZ; DAL RI, 2009), quando os quadros ou funcionários do governo trataram de abocanhar o maior poder possível ou, então, atribuí-lo aos empresários privados.

O relativo pouco interesse dos quadros do governo na Inveval pode estar relacionado com o fato de que esta fábrica nunca pôde funcionar plenamente desde que fora recuperada, situação que se mantinha ainda em janeiro de 2008, quando ali pesquisamos. Os problemas principais eram os seguintes. A Inveval para produzir válvulas dependia de uma empresa de fundição que permanecera sob controle privado e que a *boicotava*. Por outro lado, a estatal PDVSA, a principal consumidora dos produtos da Inveval, mostrava-se reticente no estabelecimento dos acordos que poderiam ser decisivos para a retomada da produção. O resultado desta situação foi que a fábrica, no começo de 2008, ainda estava limitada a trabalhos de reparação e a produzir válvulas em pequena escala, com base na matéria prima insuficiente obtida de uma segunda fundição.

Os pontos de estrangulamento funcionais eram claros e *simples*. No entanto, a PDVSA, um gigante estatal que aparentemente deveria jogar no mesmo time da fábrica em co-gestão, tergiversava³. Por seu lado, o governo diretamente implicado na gestão da empresa tampouco tomava qualquer iniciativa para resolver ou encaminhar a solução para os problemas, deixando que os mesmos se arrastassem.

Essa situação pode ser tomada como um revelador dos dilemas em que está mergulhada a revolução bolivariana.

Os trabalhadores da Inveval, como já o indicavam as controvertidas negociações iniciais com o governo a respeito de como se estruturaria o poder na fábrica⁴, estavam tornando-se mais influentes no movimento operário (MOP). Estavam convencidos de que quaisquer que fossem os arranjos entre governo e trabalhadores para a gestão das fábricas, estes deveriam conservar um lugar protagonista mediante autonomia relativa e autogoverno democrático. Portanto, dada a luta política em curso e o modo

³ - No momento em que pesquisávamos na fábrica encontrava-se ali presente um técnico da PDVSA. Segundo declaração algo irônica dos trabalhadores, esse técnico estaria ali para apurar o que seria necessário para que a fábrica retomasse plenamente suas atividades.

⁴ - A primeira proposta da co-gestão apresentada pelo governo estipulava que os dirigentes seriam indicados pelo governo, o que foi rechaçado pelos trabalhadores.

como o assunto Inveval estava sendo conduzido pelas diversas instâncias estatais envolvidas, podemos supor que para certas forças influentes no governo talvez fosse melhor que a Inveval não prosperasse como empresa, e menos ainda como força política exemplar.

3. DA CO-GESTÃO COOPERATIVA-ESTADO À CONDIÇÃO DE FÁBRICA ESTATAL BAJO CONTROL OBRERO

Os trabalhadores da Inveval evoluíram de uma situação de amorfia e despolitização, como é usual que se encontrem os trabalhadores nas empresas capitalistas, para a de um coletivo politizado, militante, favorável à revolução bolivariana e adepto do *control obrero*.

As determinantes que conduziram a essa metamorfose, ao menos as mais visíveis, são as seguintes.

No plano macro-social temos a influência seminal da revolução bolivariana. Esta incide sobre os trabalhadores antes de mais nada como acontecimento geral, como a atmosfera social na qual se encontram imersos hoje os cidadãos venezuelanos. Entretanto, para os trabalhadores da Inveval a revolução se lhes apresentou de um modo muito mais concreto, inclusive não desejado. Isto ocorreu, como vimos, por meio do *lockout* anti-chavista perpetrado pelo empregador, subseqüentemente seguido do seu intento de remodelar completamente a fábrica em termos dos preceitos neoliberais. O *lockout* deixou os operários momentaneamente sem trabalho e salários, e a remodelação dos contratos de trabalho os conduziria à ruína da precarização laboral.

Num plano mais circunstanciado, sobrelevam como causas da referida metamorfose o movimento encetado e as alianças feitas com os setores populares. O movimento fez com que os trabalhadores não só adentrassem à luta de classes, bem como que isto se tornasse para eles um acontecimento muito real, dolorosamente vivido dia a dia, mantendo-os, inclusive como indivíduos, à beira da falência pessoal e familiar, em primeiro lugar pela aguda escassez dos meios de sobrevivência. Concomitantemente, as várias facetas da luta - marchas, proclamações, panfletos, audiências - habilitaram prontamente o coletivo ao exercício de funções políticas, organizativas e intelectuais que sua situação de origem como trabalhador coletivo da fábrica capitalista lhe negava.

A aliança *de facto* com os setores populares da comunidade foi vital para a sobrevivência material dos trabalhadores. Anteriormente estabelecemos um paralelo com os sucessos de Zanón. Cabe outro

paralelo com Zanón, ou seja, a aliança com os setores populares da comunidade também possibilitou ao coletivo da Inveval a ampliação de suas relações sociais, o alargamento de seus horizontes organizacionais e políticos. Além disso, esse relacionamento agregou à dimensão intelectual e política elementos de compromisso e identificação, ou seja, de ordem afetiva e moral com outros setores populares, o que contribuiu para projetar os trabalhadores por sobre a fronteira de sua posição econômico-corporativa originária.

Por fim, uma forte influência na práxis dos trabalhadores da Inveval foi a chegada à fábrica de militantes da Corrente Marxista Internacional. Eis como Aguillar e Montilha (2008) viram esse acontecimento.

Em 2003, Miguel, um senhor espanhol, a poucos meses de estar na Venezuela, veio aqui como militante internacional. Ele se interessou pelo caso da Inveval. Ele nota que se estão apresentando obstáculos muito fortes em nossa luta pela empresa. Começa a enviar comunicações para sindicatos internacionais, e eles respondem e transforma o caso da Inveval em caso internacional. Começou assim. Depois vem Carlos, vem Pablo e começaram a nos visitar. Nunca trabalharam aqui na empresa, mas dão apoio político. Pablo é uruguaio e dá assessoria jurídica. Não é trabalhador. Dá assessoria. Nos ajudaram a fazer os regulamentos internos, os estatutos. Fizemos um trabalho político orientados pela *Corriente Marxista Internacional*. Nos trouxeram a literatura de Gramsci. Discutimos a literatura de Marx, o que são os quadros políticos. Quando nos entregaram a empresa, começamos um trabalho político com outras empresas. Deu resultado porque em outras empresas passaram a funcionar os conselhos de fábrica.

A Corrente Marxista Internacional (CMI) congrega-se em torno do Jornal *O Militante*⁵. Esta corrente reivindica-se herdeira intelectual e política de Marx, Engels, Lênin e Trotski, dentre outros. Duas características teórico-programáticas que lhe são próprias e que cabe ressaltar aqui são: a ação desdobrada em plano internacional; e a convicção de que o autogoverno da sociedade pelos trabalhadores deve ser exercido já a partir das fábricas na forma de controle operário⁶.

⁵ - Um agrupamento venezuelano surgiu com o nome de Corrente Marxista Revolucionária. Ver El militante disponível em < www.venezuela.elmilitante.org >

⁶ - Não temos o propósito de fazer aqui uma apresentação dessa corrente política, mesmo que esquemática. Essas poucas linhas servem simplesmente para ajudar a situar a atuação dos trabalhadores da Inveval. Além disso, convém assinalar que a expressão **controle operário**, que remonta à Revolução Russa, guarda mais significados e controvérsias do que sugere sua simples enunciação.

A importância do pensamento da CMI no grupo da Inveval é bastante patente. Essa influência já fazia parte da reflexão dos trabalhadores no tempo da Cooperativa. Manifestou-se precocemente em sua posição de relativa independência frente ao governo e, também, na primazia concedida à assembléia geral como base da gestão na fábrica. Por fim, possivelmente devido a essa influência, os trabalhadores fizeram a crítica da forma de organização cooperativa, rejeitaram a solução de empresa de propriedade mista cooperativa-Estado e passaram a defender a estatização da Inveval *bajo control obrero*.

A fórmula *estatización bajo control obrero* não era reivindicada apenas para a Inveval, mas é uma consigna inerente à CMI, assumida também pela *Corriente Marxista Revolucionária* (CMR) e pela *Frente Revolucionário de Trabajadores en Empresas Ocupadas y en Cogestión* (FRETECO). Esta última praticamente nasceu na Inveval, que prontamente liberou da produção dois trabalhadores para ajudar a estruturá-la e realizar o trabalho político.

Ainda na condição de cooperativa, os trabalhadores re-encetaram a luta. Desta vez sob o estandarte de *estatización bajo control obrero* e também para que o governo tomasse as medidas necessárias no sentido de viabilizar a fábrica.

Em abril de 2007, delegados da fábrica compareceram a uma audiência com o presidente Chávez. Os trabalhadores Antonio Betancourt e Pablo Comenzana (2007) da Inveval, presentes à audiência, relatam que:

Cuando les tocó a nuestros camaradas de Inveval, Chávez centró sus preguntas en lo político diciendo que en este momento ello es más importante que lo productivo. Se interesó por saber cómo manejaban la escala de salarios en la empresa, ya que en todas las intervenciones de las otras empresas se había hecho hincapié en dicha escala de salarios de acuerdo a las posiciones que cada uno ocupa en ellas. Cuando los camaradas le respondieron que en Inveval todos, desde el presidente hasta el que limpia los baños, ganan lo mismo, Chávez pidió un aplauso para ellos diciendo: 'Ustedes han comprendido el objeto de este proceso'. También los felicitó por la forma en que están dirigiendo la empresa a través del consejo de fábrica, y nuevamente recaló que son los únicos que han entendido cómo hay que hacer las cosas y que deben ser un ejemplo para las demás empresas, que hay que difundir su experiencia porque así deben funcionar las empresas socialistas. Luego agregó que Inveval iba a pasar a ser una empresa 100% estatal pero manteniéndose el control obrero sobre la misma a través del consejo de fábrica, tal como ha venido funcionando hasta ahora.

Finalmente, em janeiro de 2008, a Inveval estava transitando do estatuto legal de co-gestão cooperativa-Estado para o estatuto de fábrica estatizada sob controle dos trabalhadores.

3.1. O CONTROLE OPERÁRIO OU O TRABALHO ASSOCIADO NA FÁBRICA

A concepção de controle operário (CO) não é unívoca conceitualmente, nem tampouco historicamente. Na Venezuela não é diferente, e no movimento operário subsistem diferentes concepções, em diferentes correntes políticas ou até no interior de uma mesma corrente.

A própria expressão CO é denotativa de conceituações e estruturas de classe pretéritas, quando o proletariado industrial de *macacão* centralizava ações e atenções. Na Venezuela, o CO segue tendo como epicentro conceitual e prático a classe operária industrial de macacão, o que valida o seu uso, porém, a proposição de *controle* certamente não está restringida a esse estrato da classe trabalhadora.

O tipo de controle operário que os trabalhadores da Inveval defendem é o que denominamos de **trabalho associado** (TA) (VIEITEZ; DAL RI, 2001; DAL RI; VIETEZ, 2008).

Os trabalhadores da Inveval estão procurando construir um sistema de cooperação antitético ao existente, isto é, organizado, controlado e em benefício dos trabalhadores. No entanto, ainda que se comece pela organização na fábrica, como é o caso, os trabalhadores da Inveval têm consciência que este sistema apenas poderá prosperar na forma de uma articulação cooperativa mais ampla, ou seja, entre cada uma das unidades de trabalho e a totalidade social. Os trabalhadores deram uma expressão prática a esta perspectiva basicamente de três maneiras, por ora: a) apoio ao governo Chávez já que acreditam que este está impulsionando esse processo, e porque têm a visão de que sem a parceria do governo o CO não poderá ir muito longe; b) criação da Freteco. A Freteco visa levar a organização do CO a todas as unidades de trabalho do país, mas, ao mesmo tempo, é também, ao menos virtualmente, uma agência de enlace do trabalho associado em âmbito geral; c) estabelecimento de associação cooperativa com a INEF, outra empresa em situação análoga.

Dando prosseguimento a esta narrativa apresentamos elementos básicos a respeito de como os trabalhadores da Inveval estão organizando o TA em sua empresa.

A única maneira dos trabalhadores superarem a situação de assalariamento sem que eles mesmos, individualmente, se convertam em burgueses, consiste em que estabeleçam entre si algum tipo de **associação cooperativa com vistas à produção**. Para que não se reproduza o que se está procurando superar, este tipo de associação tem necessariamente que ser edificada pelos trabalhadores sobre o princípio de **igualdade** entre os produtores. Isto implica a supressão da propriedade privada dos meios de produção - ou, ao menos, sua modificação como nas cooperativas -; a liquidação da subordinação hierárquica dos trabalhadores, a supressão da exploração econômica; o desmantelamento das relações salariais; e, em última *ratio*, a superação do mercantilismo como núcleo estruturador das relações de produção.

Em termos teóricos mais ou menos abstratos, esses princípios são fáceis de visualizar. Na prática, entretanto, tudo é mais complicado e a construção social do trabalho associado nas unidades de produção e, mais ainda, dos produtores associados, conquanto categoria social inclusiva e totalizante prefigurável, demanda longa experimentação histórica.

Examinamos em seguida como os trabalhadores estão tentando atuar segundo essa perspectiva na Inveval.

3.2. A AUTORIDADE NA FÁBRICA COMO ACONTECIMENTO AUTO-REFERIDO DO TRABALHADOR COLETIVO E A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO

Os eventos de TA em curso, em geral, apresentam formas muito variadas de organização. Isto decorre dos diferentes estágios em que se encontra a luta social em diferentes países e devido ao seu pioneirismo e inevitável experimentalismo. Na Inveval a produção da sociabilidade na fábrica, bem como das categorias operatórias mais propriamente técnicas da gestão, delineiam-se segundo um *modelo* que denominamos de **organização horizontal**. Um aspecto central deste parâmetro é que ele apresenta um vetor organizacional e comportamental orientado para promover a (des)alienação do trabalho, ou seja, um vetor social que visa fazer com que o trabalhador coletivo assumam-se como demiurgo e protagonista, relativamente autônomo, de sua própria atividade produtiva. Examinemos, portanto, como isso se dá concretamente.

Os elementos mais sobressalentes da organização da autoridade e da gestão na Inveval são ou dizem respeito a: a) o sistema de tomada de decisões; b) as remunerações; c) a divisão política e técnica do trabalho d) as relações com a comunidade; e) a educação.

Quando inquirimos Yañez e Vellorin (2008) quanto à tomada de decisões na empresa, eles responderam que: “Aqui quem manda são os trabalhadores. Tem uma assembléia e o conselho de fábrica. É o Conselho que dá as diretrizes. Mas, na realidade, quando se vai tomar uma decisão importante se chama uma assembléia geral e ali se toma a decisão”.

A assembléia geral é a instância máxima de deliberação no âmbito endógeno da Inveval. Há assembléias informativas e deliberativas. Usualmente, a assembléia geral se reúne uma vez ao mês e extraordinariamente sempre que há necessidade.

A coordenação executiva na Inveval encontra-se em mãos do conselho de fábrica (CF). O CF é formado por 32 delegados eleitos pela assembléia para um período de seis meses e são reelegíveis. Convém observarmos dois elementos da engenharia política utilizada. Nas organizações liberais/parlamentares temos o representante, que possui plena autonomia para deliberar e que, geralmente, não pode ser demovido de seu cargo antes do término do mandato. Na Inveval, diferentemente, temos o delegado e a revogabilidade. Em princípio, o delegado deve seguir a linha política e administrativa da assembléia e a revogabilidade possibilita que esta remova o delegado de seu cargo a qualquer momento.

A assembléia geral é o poder deliberante máximo e o CF funciona como seu braço executivo. Isto em princípio, porque na prática um organismo do tipo do CF tende a ter uma ascendência política variavelmente desproporcional ao preconizado pela constituição de fábrica que erige como poder máximo a assembléia, como o demonstra a experiência internacional do TA.

Dependendo das necessidades é comum que se formem comitês especializados para tratar de vários assuntos e também mesas de trabalho, em geral com o objetivo de encaminhar propostas à assembléia.

Finalmente, temos a *Junta Directiva* que subsistiu no novo *status* de empresa estatizada sob controle dos trabalhadores. A Junta representa o governo e realiza o enlace entre o Estado e a Inveval.

A *Junta Directiva* coloca em pauta a questão das relações entre a Inveval e o Estado, entre o particular e o geral. O enlace entre a Inveval e o governo é necessário agora e seria ainda mais necessário caso o Estado venezuelano já fosse um Estado proletário. No âmbito deste texto pouco poderemos agregar a este tema, porém, é evidente que o padrão de relações a serem estabelecidas entre as unidades de produção e a sociedade como

organismo produtivo total, possivelmente mediante alguma modalidade de **planificação democrática**, constitui uma dimensão crucial, de fato, um verdadeiro nó górdio com respeito à evolução do controle operário e do pretendido processo de (des)alienação do trabalho.

Um tópico fundamental do TA diz respeito aos critérios de distribuição da riqueza mediante as remunerações dos trabalhadores. Por deliberação do coletivo, o valor da remuneração na Inveval, fixada um pouco acima do salário mínimo, é igual para todos. A opção pela igualdade, além de expressar a visão do coletivo levou em conta a experiência passada e a natureza do grupo profissional. O grupo de trabalhadores é homogêneo e de qualificação profissional simples. Por outro lado, a experiência na cooperativa mostrou que os principais conflitos ocorreram em torno da fixação dos critérios de remuneração, já que havia setores que aspiravam a ganhar diferenciadamente. Assim, na nova situação de *control obrero* os trabalhadores optaram pela remuneração *linear*, como eles dizem. Contudo, os trabalhadores têm consciência quanto à realidade do mercado de trabalho, de sorte que se no dia de amanhã a Inveval tiver que contratar pessoal tecnicamente mais qualificado, provavelmente terão que introduzir diferenciações nas remunerações. Segundo Aguilar Montilla (2008) “Isso será discutido. Mas a tendência é que deverão ganhar no máximo três vezes mais”.

Em acordo com a preocupação manifesta de **equalização** das capacidades e funções dos membros do coletivo, os trabalhadores introduziram na gestão o princípio de **rotação** nas funções técnicas e nos cargos políticos e de coordenação. Os coordenadores de área, por exemplo, cargos técnicos diretamente ligados à produção, são fixados por um ano. O mais sintomático diz respeito à participação dos trabalhadores no CF. Espera-se que todos os trabalhadores possam viver as experiências do Conselho, porque “Essa é uma experiência muito boa. É como uma escola passar pelo Conselho de Fábrica” (AGUILAR; MONTILLA, 2008).

O interesse pela educação que se depreende desse depoimento se aplica, também, à educação formal ou escolar. Neste quesito os trabalhadores da Inveval estão aproveitando bastante as missões educativas oferecidas pelo governo Chávez. Conforme os entrevistados, são muitos os que voltaram a estudar e, atualmente, a maioria está estudando. Muitos estão na Missão Robinson, que oferece o curso elementar. Cerca de 40% encontram-se freqüentando cursos universitários oferecidos pela Missão Sucre. Outros estão fazendo o segundo ciclo do ensino fundamental, *bachillerato*, aproveitando a Missão Rivas.

Três são as determinantes que se destacam neste renovado interesse dos trabalhadores pela educação formal. A sua nova condição de demiurgos-protagonistas de sua própria atividade produtiva, o fato de que esta condição oferece-lhes tempo e incentivos inexistentes sob o patronato, e as facilidades oferecidas pelas missões educacionais do governo.

Os trabalhadores da Inveval no regime de controle operário continuam impulsionando suas relações com os setores operários e populares da comunidade. A partir da formação da Freteco, esse relacionamento ampliou-se em âmbito nacional. De acordo com depoimento de Juan Briceño (2008), coordenador do banco do *Consejo Comunal de Villa Josefina*, situado nas imediações da fábrica na estrada Carrizal, a Inveval busca articular-se com a comunidade, talvez visando um governo comunitário integrado, notadamente com os *consejos comunales*. Encontros de trabalho entre membros da comunidade e o pessoal da fábrica vêm sendo realizados com esse propósito. Além disso, a Inveval interage com a comunidade de outras maneiras, apoiando na medida do possível ações comunitárias e disponibilizando seu espaço para a realização de atividades educativas e várias outras. Em abril de 2007 realizou-se o *Encuentro entre Consejos Comunales de Los Teques y el Comité de Fábrica de INVEVAL*. A proposta principal do encontro “[...] giró en torno a lo que es el quinto motor constituyente: el de la explosión del poder comunal, proponiéndose la creación de una Asamblea conformada por delegados de los distintos Consejos Comunales del municipio y de los distintos Consejos de Fábrica [...]” (CMR, 2007).

Mais recentemente, como já indicamos, a Inveval aproximou-se da INAF, fábrica de peças de metal que também foi estatizada e com a qual pretende estabelecer uma associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalhador coletivo associado na Inveval desenvolve uma práxis na qual trata de urdir alguns dos elementos, provavelmente fundamentais, do que poderá vir a ser uma nova concepção de mundo: igualdade como princípio norteador da socialidade dos trabalhadores, trabalho associado, produtores associados, conselho de fábrica, assembléia geral, planificação democrática, etc.

Os pontos de contato que podemos estabelecer entre a práxis da Inveval e a práxis de outras organizações de TA podem ser tomados

como indicativos de que uma comum matriz tende a engendrar soluções aparentadas quando se trata de caminhar por uma via de superação do trabalho alienado. Isto é mais patente quando comparamos a Inveval com outras organizações de trabalho associado com o mesmo vetor em direção à horizontalidade de gestão, como, por exemplo, a mencionada Zanón.

Contudo, é improvável que uma transfiguração geral da sociedade possa vir a ser realizada a partir basicamente das unidades de trabalho ou da economia, *mutatis mutandis* à semelhança do que a burguesia fez historicamente antes de tornar-se classe dominante e dirigente. Isto significa que esse processo deverá ser conduzido primordialmente pela luta política, e a conquista do Estado pela classe trabalhadora será acontecimento imprescindível.

Na Venezuela, Chávez e seu grupo atualmente no governo dão sinais, ainda que não inequívocos, de apoiaram a transformação da sociedade com o apoio ao tipo de práxis que a Inveval e outras unidades de produção estão tentando engendrar. Quanto a isto, é interessante observar que seguindo aparentemente essa direção, Chávez tentou sedimentar como política de Estado o que é atualmente política de governo quando apresentou para votação popular uma Constituição que institucionalizaria um tipo de empresa socialista mais em acorde com o *control obrero* e outras iniciativas de teor análogo. No entanto, esse que seria um novo marco favorável à intervenção democrática dos trabalhadores foi rechaçado pela derrota do governo na votação constitucional de 2007. De qualquer modo, essa derrota, no marco atual do processo político venezuelano, não pode ser considerada definitiva. Esse governo, a continuar na berlinda poderá retomar a qualquer momento as mesmas ou análogas proposições constitucionais. Quanto ao mais, não há dúvida de que a luta desenvolvida pelo movimento operário e popular da Venezuela nesse processo terá um papel fundamental ou mesmo determinante.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N.M. Inveval – venezuelan state factory under worker's control. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v. 10, n.1, p. 141-158, jan./dez., 2009.

REFERÊNCIAS

ABN. Hace siete años la contrarrevolución atentó contra la economía. **Net**. Espanha. dez. 2009. Disponível em: <HTTP://www.rebelion.org/noticia.php?id=96333> Acesso em: dez. 2009.

AGUILAR, R; MONTILLA, R. Entrevista concedida aos pesquisadores na Inveval em Janeiro de 2008.

BETANCOURT, A.; CORMENZANA, P. Chávez: Inveval, un ejemplo a seguir. **Net**. Caracas. out. 2007. Disponível em: <http://www.aporrea.org/endogeno/n103775.html>. Acesso em: out. 2007.

BRICEÑO, J. Entrevista concedida aos pesquisadores na Inveval em Janeiro de 2008.

CMR. Encuentro entre Consejos Comunales de Los Teques y el Comité de Fábrica de INVEVAL **Net**. Caracas. abril 2007. Disponível em: <HTTP://www.controlobrero.org/content/view/103/29>. Acesso em: abril 2007.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: Fapesp, 2008.

YANEZ, H.; VELLORIN, H. Entrevista concedida aos pesquisadores na Inveval em Janeiro de 2008.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A: Finep, 2001.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. **Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.